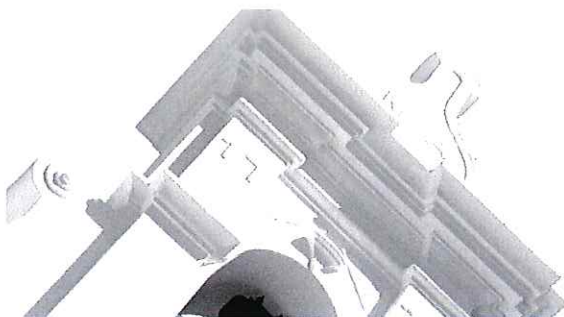




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

Ata n.º 2 /2022

Sessão Extraordinária Pública, de 11 de março de 2022

Local: Realizada por videoconferência, via *ZOOM*, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º1 – A/2020, de 19 de março, na sua redação atual, e simultaneamente transmitida na página do *facebook* do Município de Tavira.

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PPD/PSD);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PPD/PSD);
- Jovita Fátima Romano Ladeira (PS);
- Liliana Ribeiro Fernandes (PPD/PSD);
- David Martins (PS);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);
- Gisela Sofia Viegas (PS);
- João Pedro Rôlo Correia (PPD/PSD);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS).



- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PPD/PSD);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS).

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

--- Aos onze dias de março de dois mil e vinte e dois, reuniram em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada por videoconferência, via ZOOM, e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e seis minutos. -----

--- Cumprimentou todos os Deputados Municipais, a Presidente da Câmara Municipal e demais Vereadores presentes, o secretariado e o staff de apoio. -----

--- Relembrou que se trata de uma Assembleia Municipal Extraordinária, deixou uma nota sobre o modo como iria decorrer a sessão e que em seguida iria ser lida a correspondência recebida. -----

--- Informou que, na sequência do pedido de renúncia do cidadão Paulo Renato Faleiro Silva, convocou Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, titular do cartão de cidadão número 10026919 2 ZX7, a seguir na ordem da lista de candidatos à Assembleia Municipal pelo PSD – Partido Social Democrata, partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga, para estar presente naquela Sessão da Assembleia Municipal e a substituição se pudesse operar de imediato, nos termos dos artigos 76.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de setembro. -- Nesta sequência, e uma vez que a cidadã Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa se encontrava presente naquela sessão, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal, após verificada a sua identidade e legitimidade para substituir o renunciante nas funções de membro da Assembleia Municipal, investido no mandato de membro da Assembleia Municipal integrando o Órgão Deliberativo do Município e iniciando de imediato as suas funções, passando a tomar parte nos trabalhos da presente sessão. -----

--- Referiu que a primeira secretária Maria Margarida Flores iria fazer a chamada. -----

--- **Presenças:** Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, João Pedro Rolo Correia, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Liliana Ribeiro Fernandes, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que todos os Deputados Municipais receberam a informação de correspondência dirigida à Assembleia Municipal, mas quem está a ouvir através das redes sociais não sabe dos assuntos que se estão a tratar, posto isto, iremos passar a ler a lista da correspondência recebida entre Assembleias, apenas os títulos e o remetente.-----

--- A segunda secretária Muriel Dias, leu a lista da correspondência recebida:-----

--- *"A Multicomunicação - Assessoria, Imagem e Marketing Lda., solicita uma pequena declaração alusiva à importância do papel da ANAM no processo da descentralização discutida no 3º Congresso da ANAM;*-----

--- *A ANAM - Associação Nacional de Assembleias, agradece a presença no III Congresso da ANAM;*-----

--- *O Deputado Municipal Paulo Renato Faleiro Silva, remete documento de renúncia ao mandato da Assembleia Municipal de Tavira;*-----

--- *O partido CHEGA, remete voto de congratulação à Atleta Tavirense Cármen Filipa Claudino Figueiredo que se estreia pela Seleção Nacional A de Andebol;*-----

--- *O partido CHEGA, apresenta uma moção de condenação da invasão da Ucrânia, pela Federação Russa;*-----

--- *O Partido Socialista, remete Voto de Solidariedade com a Ucrânia."*-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que sendo uma Assembleia Extraordinária não tem período antes da ordem do dia, mas atendendo a situação que se está a passar com a guerra na Ucrânia, com a invasão da Ucrânia pela Rússia, entenderam os líderes de bancada com representação na Assembleia Municipal apresentar um Voto de Solidariedade para com a Ucrânia. -----

--- Como se trata de uma situação extraordinária perguntou aos deputados municipais se se opunham de ser apresentado o Voto de Solidariedade com a Ucrânia.-----

-- Não havendo nenhuma objeção, foi colocado à discussão o VOTO DE SOLIDARIEDADE COM A UCRÂNIA, que passou a ler:-----

--- *"No dia 24 de fevereiro 2022, a realidade da guerra entre dois Estados soberanos voltou a atingir a Europa, com o ataque e invasão da Nação Ucraniana. As ações militares não provocadas e injustificadas, perpetradas contra a Nação Ucraniana e sua população, são uma violação grosseira do direito internacional e minam a segurança e a estabilidade da Ucrânia, da Europa e do Mundo.*-----

--- *A Nação Ucraniana desde 2014 tem vindo a ser alvo de hostilidades internas que se traduziram na eclosão dos protestos separatistas pró-russos em Luhansk, Donetsk e Kharkiv que declararam independência, iniciando a Guerra de Donbass há oito anos, originando o*



Protocolo de Minsk, acordo assinado por representantes da Ucrânia, da Rússia, da República Popular de Donetsk (DNR), e da República Popular de Lugansk (LNR) para colocar fim à guerra no leste da Ucrânia, em 5 de setembro de 2014. -----

---O acordo foi assinado depois de prolongadas conversações em Minsk, a capital da Bielorrússia, sob os auspícios da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). O acordo, que se seguiu a várias tentativas anteriores no sentido de parar os combates em Donbass, no leste da Ucrânia, implementou um cessar-fogo imediato, agora grosseiramente violado. -----

---Ainda em 2014, deu-se a Crise da Crimeia que teve como consequência a ocupação e anexação ilegal da Crimeia que já causou mais de 10 mil mortos, 24 mil feridos e mais de 1,5 milhão de refugiados. Lamentamos e condenamos a perda de vidas e o sofrimento humano do Povo Ucraniano, que vê as suas vidas ameaçadas e o seu País agredido.-----

---Neste contexto de violenta instabilidade, apelamos para que cessem imediatamente as hostilidades e que as forças agressoras abandonem o território e respeitem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia.

---Tavira tem ao longo dos anos recebido de braços abertos dezenas de cidadãos e famílias ucranianas que escolheram a nossa terra para viver e trabalhar, integrando a nossa comunidade e com os quais estamos solidários neste momento tão incerto e difícil.-----

---Exceionalmente, perante a gravidade da situação, os Grupos Municipais do PS, do PSD e do CHEGA propõem que a Assembleia Municipal de Tavira, na Sessão Extraordinária de 11 de março de 2022, deliberam:-----

---1. Aprovar e enviar um voto de Solidariedade ao Estado e População Ucranianas e à comunidade ucraniana em Portugal;-----

---2. Instar o Governo da República Portuguesa, no âmbito da sua política externa junto dos seus parceiros da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), a exercer o seu magistério de influência, para promoção e resolução diplomática deste conflito; -

---3. Saudar os termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022 de 1 de março, na qual são estabelecidos os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, apelando a se criem as necessárias medidas para podermos, de forma célere receber e integrar todos os que pretendam entrar em Portugal, nomeadamente no Algarve, em articulação com os serviços desconcentrados da Administração Pública e as Autarquias Locais. -----

---4. Prestar, a título de homenagem, às vítimas deste conflito um minuto de silêncio e de reflexão sobre os valores da PAZ, da DEMOCRACIA e da LIBERDADE.-----

---5. *Enviar o presente Voto de Solidariedade à Embaixada da Ucrânia em Portugal, aos Senhores Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro, bem como à Senhora Presidente da Câmara Municipal, ao Conselho e à Assembleia Intermunicipal do Algarve.* -----

---6. *Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.* -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE SOLIDARIEDADE COM A UCRÂNIA, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa a esta ata como documento número um.** -----

--- Foi feito um minuto de silêncio. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar-se início à Ordem do Dia, apresentando o ponto número um, referente à PROPOSTA N.º 40/ 2022/CM - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL.** -----

--- **A Deputada Maria Margarida Flores Alves**, declarou-se impedida de participar na discussão e votação da presente proposta, ao abrigo do n.º 6 do artigo 55.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou todos, o Presidente da Assembleia Municipal, a mesa, os restantes deputados municipais, os vereadores, os presidentes de Juntas de Freguesia, a todos os que assistiam através das redes sociais e o staff de apoio. -----

-- Disse que a não aceitação dessas competências, prendia-se pelo facto de não ser possível no dia 01 de Abril aceitar todas as competências, da educação, da Saúde e também da Ação Social, visto pertencerem todas à Divisão dos Assuntos Sociais. -----

--- No momento sabia que o Município iria receber cerca de cento e cinquenta (150) funcionários, para além de todas as necessidades de uma escola, torna-se premente manter os refeitórios a funcionar e tudo o resto inerente, assim e de modo a não colocar em causa a capacidade de resposta da autarquia durante algum tempo, foi decidido não aceitar essas competências no imediato e adiar até 01 de Janeiro de 2023. -----

--- Disse que falou com a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), que confirmou que caso a autarquia no decorrer do ano de 2022 conseguisse aceitar as competências antes da data prevista, poderia fazê-lo. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 40/ 2022/CM - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES**

INTERMUNICIPAIS DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois referente à PROPOSTA N.º 55/ 2022/CM - MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA PARA A LIMPEZA PÚBLICA (2022-2025).-----

--- A Presidente da Câmara Municipal relembrou que em 2018 por força de um parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) entidade que regula os serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, foi formalizado o primeiro contrato para a limpeza urbana, o parecer mencionava que as taxas de saneamento e de resíduos não podem financiar a limpeza urbana. A limpeza urbana sendo um serviço de natureza pública deve, por isso, ter um preço e não ser uma taxa. Depois de várias análises decidiu-se avançar para um contrato-programa autónomo de limpeza urbana. O novo contrato-programa estava em linha com o que tinha sido feito em 2018 e que tinha sido visado pelo Tribunal de Contas. -----

--- Tinha ligeiras diferenças que se refletiam essencialmente no valor. Cerca de mais meio milhão de euros (€ 500.000,00) por ano. Que se evidenciavam principalmente em dois itens, o acréscimo de novas urbanizações que iam sendo terminadas e que o Município ia fazendo a receção provisória das infraestruturas e os recursos Humanos, a maioria dos trabalhadores auferiam o salário mínimo nacional cujo valor nos últimos anos tinha vindo a sofrer vários aumentos significativos, o que fazia com que o último contrato tivesse tido um ligeiro desvio. O novo contrato-programa já previa o aumento do salário mínimo nacional para o ano corrente e os aumentos previstos para os anos seguintes. -----

--- O contrato programa previa também a varredoura manual, a varredoura mecânica, a limpeza de papeleiras e dos dejetos de animais, a lavagem de ruas que era uma novidade, algum controlo de vegetação infestante nos passeios e limpeza de sumidouros para prevenção de inundações. O contrato-programa tinha essa abrangência e tinha o valor de um milhão, setecentos e cinquenta e um mil euros (€ 1.751.000,00) por ano. -----

--- Referiu ainda que dirigissem as perguntas mais pormenorizadas à Vereadora Sónia Pires, pois tinha sido a Vereadora que tinha articulado as reuniões com a Taviraverde, E.M.-----

--- Esclareceu que apenas tinha feito a apresentação da proposta genérica e um enquadramento para explicar porque é que há três anos atrás se tinha enveredado para um contrato-programa de limpeza urbana.-----

--- O Deputado Municipal José Graça cumprimentou o Presidente, todos os membros da mesa e da Assembleia, bem como os funcionários que ajudavam no funcionamento da Assembleia Municipal e os munícipes que acompanhavam a sessão. -----



--- Saudou a forma como a Presidente da Câmara Municipal apresentou a proposta, sabia que não tinha participado na votação na Reunião de Câmara Municipal, mas que era fundamental que fosse a representante da Câmara Municipal a apresentar à Assembleia Municipal, órgão máximo deliberativo, esse documento.-----

--- Felicitou a apresentação do documento, pois Tavira tem-se mantido e distinguido ao longo dos anos com esta imagem de marca, de cidade limpa e acolhedora. A renovação do contrato-programa com a Empresa Municipal Taviraverde, E.M., é um exemplo desse trabalho.-----

--- O deputado estendeu a reflexão ao conjunto de serviços públicos nos quais o Município é contratante e para os quais ter-se-ia de começar a ver numa perspetiva de contratação pública alargada.-----

--- Relembrou que a Taviraverde, E.M. e a Câmara Municipal de Tavira eram, membros da plataforma Regional de compras públicas que era gerida pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL). -----

--- Disse que o custo de alguns serviços e alguns bens de utilidade pública que eram servidos aos cidadãos elevavam e sublinhavam a importância dessa participação, havia um conjunto de serviços e de bens que tinham que ser adquiridos pelo município através da Central de Compras da AMAL, numa perspetiva de criação de economias de escala a nível de fornecimento dos serviços e de melhoria pois o serviço era prestado com inerência à poupança para o município e para os cidadãos.-----

--- Deixou uma palavra de apoio à tomada de posição do município para os contratos em geral que tinham sido efetuados através desta plataforma.-----

--- Manifestou ainda que o trabalho em conjunto era benéfico para todos. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, os Vereadores, a Presidente da Câmara Municipal, os Presidentes das Juntas de Freguesias, restantes Deputados Municipais e quem assistia a partir de casa.-----

--- Questionou a diferença de quinhentos e quarenta e um mil e setecentos e quarenta e oito euros (€541.748,00) face ao contrato-programa inicial de 10 de Janeiro de 2019, falava-se de um acréscimo para uma limpeza pública eficiente, qual o peso adicional em termos de área, em termos de números de habitantes a mais que justificasse um acréscimo de quase quarenta por cento (40%) relativamente ao contrato-programa inicial. -----

--- Perguntou se a cidade tinha aumentado tanto, porque tratava-se de dinheiro de todos os Tavirenses. -----

--- Após análise aos documentos fornecidos, concordou que os trabalhadores tinham que ser ressarcidos do bom trabalho e desempenho efetuado, e que teriam prémios produtividade, mas gostava de saber como teria sido feita a análise e como se iria atribuir o prémio de

produtividade. O contrato-programa mencionava férias, cinquenta e mil cento e noventa e seis euros (€ 51.196,00), subsídio de férias, cinquenta e mil cento e noventa e seis euros (€ 51.196,00) e prémios de produtividade, e quarenta e um mil cento e um euros (€41.101,00), estava-se a falar de um grande incremento relativamente ao contrato-programa inicial. -----

--- Gostava de saber qual a diferença de área, qual o número adicional de Urbanizações. -----

--- Questionava se existiria alguma inovação nos procedimentos de limpeza urbana que justificasse um aumento de cerca de mais meio milhão de euros (€ 500.000,00) por ano. -----

--- **A Vereadora Sónia Pires** disse que o acréscimo referido tinha a ver com o aumento dos trabalhadores e com a receção de algumas urbanizações que já tinham residentes.-----

--- Referiu que o contrato-programa anterior não contemplava o corte da vegetação infestante. Porque o contrato-programa dos Verdes previa a limpeza da vegetação infestante dos passeios, jardins, espaços verdes, os locais de acesso, zonas envolventes, mas não previa todas as outras áreas que não estivessem localizadas em espaços verdes, o que tinha motivado um aumento desse valor. A Taviraverde, E.M., teve que afetar mais pessoal e aumentar a periodicidade das rotas de limpeza.-----

--- Disse ainda, que os prémios de desempenho, eram resultado da avaliação de desempenho dos trabalhadores, e quarenta e um mil euros (€41.000,00) em prémios de produtividade não lhe parecia um valor muito elevado, quando se tratava de um salário por ano para uma percentagem de trabalhadores que tinham que ter um desempenho de excelência. Em termos financeiros seria necessário prever esse valor e a Taviraverde, E.M. entendeu que deveria afetar esse valor ao contrato-programa. -----

--- Referiu que pelo facto desse valor vir refletido no contrato-programa só poderia aumentar e potenciar a excelência dos serviços prestados pela Taviraverde, E.M.. -----

--- A limpeza urbana era muito importante para o concelho e se os trabalhadores tivessem motivados, todos ganhariam. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, os colegas de bancada, a Presidente da Câmara Municipal, os Deputados Municipais, o staff e a todos os que acompanhavam via Facebook. -----

--- Questionou sobre o acréscimo a este contrato-programa de quarenta e quatro vírgula oito por cento (44,8%) de custo para o Município. Um acréscimo pouco justificável para o que tinha sido explicado até aquele momento, nem o acréscimo de volume de salários, nem o acréscimo do número de trabalhadores, nem o acréscimo de locais a limpar representavam quarenta e cinco por cento (45%) a mais, pelo que deveriam ter algo mais para justificar, do que simplesmente números pouco plausíveis relativamente à evolução do contrato-programa

anterior, para o contrato-programa atual, estando a falar de uma acréscimo para os próximos três anos. -----

--- Afirmou, que estavam todos à espera que no momento em que a Senhora Presidente da Câmara Municipal assumisse o Conselho de Administração da Tavira Verde houvesse poupanças, mas não se viam poupanças, nem evolução tecnológica, nem uma resposta muito musculada aos novos desafios ecológicos, que tinham a ver com a água e com o ambiente. Não encontravam um acréscimo justificativo de recursos humanos nem de área, pelo que necessitavam de uma explicação mais plausível.-----

--- **A Vereadora Sónia Pires** disse que se comparassem os contratos-programa verificariam que tinha havido um aumento real de recursos humanos e que tinham sido efetuados os cálculos respetivos aos recursos humanos afetos às funções, ao material que iria ser adquirido e que poderiam ter acesso na documentação enviada. -----

--Disse ainda, que relativamente aos contratos-programa anteriores, a Taviraverde, E.M. esclareceu que apenas tinham afetado os trabalhadores operacionais e que após o estudo económico decidiram afetar também os vários níveis de chefias, diretores, técnicos superiores, que são uma percentagem da atividade representativa das funções inerentes ao contrato-programa. As análises aos documentos foram feitas, concluíram que estariam corretas, e como eram públicas todos poderiam fazer as próprias análises.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** salientou o rigor e a transparência na apresentação da proposta à Assembleia Municipal, todos os membros da Assembleia Municipal tiveram conhecimento, passo a passo da forma como o contrato-programa tinha sido negociado entre a Câmara Municipal e Empresa Municipal Taviraverde, E.M. Tinha havido um processo participado entre os membros do executivo municipal e os técnicos da autarquia, e quis louvar a forma como a Vereadora Municipal Sónia Pires explicou e esclareceu o modo de alocar os custos de recursos humanos, a qual considerou uma forma exemplar. Achava que era de considerar um caso de boas práticas no relacionamento entre a prestadora de serviços, o Município que era o contratante e os seus órgãos, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. -----

--- Saudou a participação de todos os membros do executivo municipal bem como todos os técnicos da autarquia que tiveram envolvidos no processo, a forma como escrutinaram toda a proposta apresentada pela Taviraverde, E.M. e depois do processo negocial a forma como tinham chegado à minuta de contrato-programa que foi submetida a apreciação.-----

--- Esperava que a posição que o Deputado Municipal Jorge Corvo apresentou, tivesse sido apresentada numa declaração de voto por parte dos membros do executivo municipal da sua força partidária, coisa que não aconteceu dado que se abstiveram na apreciação da minuta. ---



--- Considerou que o processo era quase exemplar, pese embora não tendo participado nele podia atestar pelos documentos apresentados aos membros da Assembleia Municipal. -----

--- Em segundo lugar, não estando numa Assembleia Municipal Ordinária e não podendo apresentar Moções ou Votos, manifestou a solidariedade com o Deputado Jorge Corvo que estava com dificuldades em manter-se com uma ligação estável no Zoom, e com todas as pessoas em Tavira que na atualidade ainda tinham problemas com as ligações telefónicas, sendo uma batalha de anos para que o serviço de internet e telefone fosse efetuado em condições em todo o território do Município de Tavira. -----

--- A Câmara Municipal deveria continuar a trabalhar com a Altice e junto dos detentores das redes telefónicas para que o serviço pudesse ser melhorado no concelho. -----

--- Quis deixar ainda uma palavra sobre a prestação de serviços dos CTT no concelho, existindo empresas no concelho de Tavira que estavam a ser notificadas de decisões judiciais e administrativas passado um mês das mesmas terem sido tomadas, seria necessário que a Câmara Municipal interviesse junto dos CTT para que a prestação do serviço postal fosse melhorada. Numa sociedade moderna ninguém poderia estar dependente de uma boa prestação de serviços de internet e serviço postal. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que em relação às perguntas efetuadas, como não tinham tido acesso ao contrato-programa anterior, não sabiam qual o número de trabalhadores a mais e a frequência que o serviço passaria a ser efetuado. -----

--- Em relação à forma exemplar como a proposta foi apresentada, como referiu o Deputado Municipal José Graça, tinha algumas dúvidas, pois quem tinha feito a apresentação tinha sido a Presidente do Concelho de Administração da Tavira Verde, que não percebia se estava a defender os interesses da Câmara Municipal ou da Tavira Verde. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que na Assembleia Municipal estava sempre na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e nunca na qualidade dos outros cargos que tinha por inerência de funções. Elucidou que apresentou e esclareceu a proposta em linhas genéricas na qualidade de Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Quis esclarecer ainda dois pontos, que os Contratos-Programa não eram feitos para dar lucro, eram feitos pelo preço de custo, pelo que a Taviraverde, E.M. faturava ao Município o preço que lhe custava o serviço. -----

--- Disse que a Vereadora Sónia Pires, explicou que relativamente ao estudo económico, tinha sido enviado ficheiros em Excel, disse que não acreditava que pensassem que a Câmara Municipal era leviana ao ponto de receber os ficheiros e não questionar. -----

--- Os ficheiros tinham sido examinados e tinham sido colocadas todas as dúvidas. Também tinha sido explicado e já se tinha observado essa situação no Contrato-Programa das Praias, a



Taviraverde, E.M. por conta da sua contabilidade de custos teve de fazer uma afetação das suas áreas de apoio, nomeadamente, os recursos humanos, a contabilidade, entre outros aos vários contratos e aos vários serviços que prestava. -----

--- Disse que não podia deixar que o Deputado Municipal dissesse livremente que enquanto Presidente do Concelho de Administração da Taviraverde, E.M. estivesse a fazer um contrato-programa mais caro à Câmara Municipal, não lhe podia permitir isso. -----

--- Relembrou que há quase vinte (20) anos atrás quem tinha aprovado em Assembleia Municipal um Acordo Parassocial onde propunha um lucro de treze (13%) por cento para Taviraverde, E.M., não tinha sido o executivo Municipal que estava atualmente em funções, nem sequer o anterior. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo**, referiu que se continuava no mesmo ponto, relativamente ao contrato-programa, tinham sido fornecidos dados apenas burocráticos e administrativos, mas relativamente ao contrato-programa que levava mais meio milhão de euros (€500.000,00) aos Tavirenses, o que estava em causa era o que na prática representava a mais esse aumento. A Presidente da Câmara Municipal podia dizer que as contas estavam certas, e ninguém tinha posto em causa as contas, mas não podia dizer que não se iria pagar a mais meio milhão de euros. -----

--- Gostariam de saber na prática quais os benefícios de limpeza e de investimento que o contrato-programa tinha para a cidade de Tavira para haver um diferencial de quarenta e cinco (45%) por cento em relação ao contrato anterior. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** alertou que este ponto tinha a documentação disponível já há alguns dias, mas em caso de dúvidas, ou na falta de alguma documentação para análise, poderiam sempre solicitar ao Staff de Apoio à Assembleia Municipal, que forneceria os dados disponíveis, para que os Deputados Municipais não ficassem com dúvidas.

--- **A Presidente da Câmara Municipal** reiterou o que a Vereadora Sónia Pires, já tinha referido, que o aumento prendia-se essencialmente com a receção de mais nove ou dez espaços, um novo serviço de limpeza dos passeios e da vegetação infestante. -----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** cumprimentou todos os presentes destacando os munícipes que assistiam à sessão através do *Facebook*. -----

--- Afirmou que esteve atento a todas as intervenções mas que tinha ficado confuso. -----

--- A primeira grande questão, o contratante do serviço era a Câmara Municipal, o prestador de serviço era a Empresa Taviraverde, E.M., e quem teria de avaliar se o serviço prestado estava dentro das expectativas, quem teria de dizer ao prestador de serviços que se queria um melhor serviço, questionava se seria o prestador de serviço que o fazia, numa situação de monopólio, por não haver outros concorrentes. -----



--- Pensava que deveria haver uma clarificação sobre quem era o contratante, quem era o prestador de serviços, qual o caderno de encargos e quais eram as exigências do contratante, independentemente da qualidade e profissionalismo que ambas as partes disponibilizaram para chegar a este Contrato – Programa apresentado para deliberação.-----

--- Pensava que deveria ficar bem explícito que quem contratava o que é que pretendia, como pretendia, para quem fornecia, quais as condições e quais os pressupostos. -----

--- A segunda questão que colocava era, qual a opinião dos Presidentes de Junta de Freguesia em função deste assunto, se não gostariam de ver também as suas áreas melhor tratadas, também poderiam dizer que precisavam de fazer duas passagens e nesse caso iriam solicitar à Câmara Municipal uma ampliação dos contratos em vigor. -----

--- Independentemente da qualidade dos documentos, dos valores e da seriedade dos valores, pensava que as questões de base deveriam ser bem esclarecidas, até para o atual e futuro relacionamento na prestação de serviços das Juntas de Freguesias em relação à Câmara Municipal com os seus contratos-programa, terminou solicitando esclarecimentos sobre estes pontos-chave. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** cumprimentou todos. -----

--- Mostrou-se estupefacta com a preocupação do deputado Municipal Jorge Corvo, sobre as questões do rigor financeiro relativamente ao contrato-programa, em apreço, colocando em causa inclusivamente que a Presidente da Câmara Municipal não tivesse aplicado rigor financeiro na elaboração deste contrato com a Empresa Municipal Taviraverde, E.M.. -----

--- Relembrou o Deputado Municipal Jorge Corvo como a Câmara Municipal tinha sido deixada há uns anos atrás, com um grande buraco financeiro e que quem tinha resolvido e recuperado esses milhões de euros tinha sido a autarquia governada pelo Partido Socialista, onde a atual presidente da Câmara Municipal tinha a Gestão da Área Financeira.-----

--- Pensava que não seria justo, não seria sério nem honesto intelectualmente fazer esse tipo de acusação. -----

--- Referiu que o Deputado Municipal Jorge Corvo ao fazer a sua intervenção estava contra a limpeza urbana de Tavira, o melhoramento, a motivação e a premiação aos trabalhadores do seu desempenho, contra a criação de novos postos de trabalho, mas não poderia esquecer que Tavira não era só residentes, e a questão da limpeza tornava-se crucial para a imagem do Concelho, sendo uma alavanca económica para o Concelho. Não se poderia ver as situações isoladamente. -----

--- Todos os documentos estavam disponíveis, o staff de apoio à Assembleia Municipal poderia não enviar os documentos todos em termos minuciosos, mas estavam à disposição, bastava dirigirem-se ao staff de apoio e solicitar os documentos para analisar. -----



--- Achava que devia ser justa e séria nesta situação concreta que estava em causa a imagem e o Concelho de Tavira.-----

--- Acreditava que pela prática ao longo dos últimos doze (12) anos da Presidente da Câmara Municipal, que os documentos tinham sido estudados ao milímetro pela Presidente da Câmara Municipal e pela Vereadora Sónia Pires em tudo o que tinha sido contratualizado com a Taviraverde, E.M..-----

--- E a Assembleia Municipal também deveria fiscalizar e acompanhar o trabalho.-----

--- Tinha reparado que nos últimos três a quatro meses o trabalho e o equipamento da Taviraverde, E.M. tinha melhorado. Lavar, desinfetar as ruas, ter cuidados nos espaços verdes era muito importante para a imagem do concelho e era importante para os milhares de pessoas que visitavam o concelho.-----

--- Tinha de se ver o interesse do concelho num todo. Referiu que as questões ambientais cruzavam-se e interligavam-se com as questões económicas e sociais do Concelho. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** disse que não tinha colocado em causa o documento, e que o conhecia bem, por isso, é que falava sobre o mesmo.-----

--- Queria era ver esclarecido o que é que quinhentos e quarenta e um mil setecentos e quarenta e nove euros (€ 541.749,00) a mais, que correspondia a quarenta e quatro vírgula oito (44,8%) por cento, representava efetivamente na vida dos Tavirenses, o que é que representava em limpeza, em área, em novos meios tecnológicos. Não queria que atirassem os Tavirenses para um documento que estava disponível na Assembleia Municipal. -----

--- Referiu ainda, que a bancada do Partido Social Democrata conhecia esse documento. E solicitou que transformassem os números em realidade, para que todos o entendessem.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** alertou os vereadores para não interferirem no bate-papo, a não ser que fossem questionados pelo Presidente da Assembleia Municipal ou indicados pela Presidente da Câmara Municipal, indicações essas que faziam parte do regimento.-----

--- **A Vereadora Sónia Pires** disse que no Contrato-Programa dos Verdes já tinha havido alterações relativamente à monitorização e uma maior eficiência da Taviraverde, E.M., para melhor se poder parametrizar e avaliar. -----

--- Tinha sido incluída uma cláusula nos novos Contratos-Programa relativamente à real afetação dos recursos humanos, não só o número que já tinham, mas com o número que tinham aumentado e que tinham de enviar as listas e evidências para monitorizar. -----

--- Em relação ao anterior Contrato-Programa, também tinha sido criado uma série de indicadores para essa monitorização o que iria permitir a percentagem de execução dos resultados pretendidos, ou seja, da limpeza urbana e que o concelho estivesse limpo. -----



--- Afigurar-se-ia que haveria a devida exigência da Câmara Municipal no que dizia respeito ao cumprimento do Contrato-Programa.-----

--- **O Presidente de Junta de Cachopo Rafael Dias** cumprimentou todos os deputados da Assembleia Municipal. -----

--- Disse que a certa altura ouviu dizer que se estava a criar riqueza para o concelho, mas ficou com a sensação que tinha analisado um contrato diferente. Falou-se da limpeza no perímetro da cidade e de três freguesias perto da cidade, gostava que lhe fosse explicado qual a visão de Concelho que estão a falar. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** quis responder ao Deputado Municipal Jorge Corvo e sublinhou que ninguém estava a mandar os Tavirenses consultar o Contrato-Programa, nem era isso que estava em causa. -----

--- Tinha depreendido na intervenção do Deputado Municipal Jorge Corvo que depois de todas as explicações dadas, algumas até minuciosas, no que diferenciava e melhorava em relação ao anterior contrato, tinha ficado com a sensação que apesar de todo o enquadramento, continuava a estar o aumento da criação dos postos de trabalho contra o premiar o bom desempenho dos trabalhadores, e no seu ponto de vista era fundamental que isso acontecesse em qualquer profissão e também contra a melhoria da limpeza urbana.-----

--- O que estava em causa era uma questão de ordem política, pelo que podia depreender da intervenção do Deputado Municipal Jorge Corvo. -----

--- **O Deputado Municipal Silvino Oliveira** lembrou que as questões básicas que havia colocado não tinham sido respondidas. -----

--- Queria saber, quem contratava o serviço, se era a Câmara Municipal, quem é que tinha a exclusividade do fornecimento do serviço, se era a Tavorverde, E.M., quem é que disse que era necessário mais rotas para dar mais índice de limpeza, queria saber quem tinha solicitado.

--- Em nenhum momento tinha estado em causa a não criação de mais postos de trabalho, queriam eficiência e queriam perceber para onde iria a diferença no valor dos contratos.-----

--- Queria perceber nesta relação contratual em que o sócio fornecia a quem contratava, queria perceber quem é que solicitava mais efectividade na limpeza, quem solicitava mais eficiência na limpeza, porque só dessa forma é que se podia pedir a quem prestava o serviço de eficiência e que depois se visse traduzido na componente do preço. -----

--- As outras Juntas de Freguesia não tinham núcleos urbanos, não tinham que os manter tão limpos, quanto a Tavira e as outras três zonas urbanas, qual era o critério usado. -----

--- **A Vereadora Sónia Pires** questionou o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, se sabia que tinha a delegação de competências para a limpeza urbana na zona de Cachopo, e que como tal não podia haver sobreposição de serviços. -----



- Disse que Cachopo existia e era uma preocupação do executivo.-----
- **O Deputado Municipal José Graça** saudou o Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo.
- Recordou que o Município de Tavira foi dos primeiros do Algarve a celebrar contratos de delegação de competências e Contratos-Programa com as Freguesias do Município, para que os serviços fossem melhor prestados, numa lógica de princípio de solidariedade pelas freguesias, para além das suas competências próprias, para as quais recebiam verbas tanto do Orçamento de Estado, como do Orçamento Municipal.-----
- Desde que foi possível fazer este tipo de contrato a Câmara Municipal de Tavira foi pioneira nesse processo e dotou as Freguesias do Concelho dos recursos necessários, recursos humanos e financeiros para o bom desempenho dessas funções, tarefa que ao longo do tempo tinham sido muito bem desempenhas.-----
- O Município não segregava Freguesias pelas suas cores partidárias, nunca o tinha feito. As Juntas de Freguesia sempre tiveram uma ótima relação com o município.-----
- Disse que o Presidente de Junta de Freguesia de Cachopo saberia reconhecer que tinha nos seus quadros os trabalhadores necessários e que desempenhavam muito bem as suas funções.
- **O Presidente de Junta de Cachopo Rafael Dias** esclareceu a sua intervenção anterior, não tinha colocado em causa o contrato de delegação de competências, tinha colocado em causa o conceito de Concelho, porque se estava a discutir um contrato para um perímetro urbano que em nada representava todo um Concelho.-----
- Em relação à delegação de competências e futuras renegociações dos contratos que tivessem em conta determinados pontos verificados neste contrato de prestação de serviços. Deixando em aberto para futuras renegociações este método de cálculo.-----
- **O Deputado Municipal José Graça** afirmou que o que era bom para Tavira, também seria bom para Cachopo.-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 55/ 2022/CM - MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA PARA A LIMPEZA PÚBLICA (2022-2025), que foi aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor dos deputados municipais José Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Ana Palmeira, Nuno Mateus, Maria Manuela Romão, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins e doze (12) abstenções dos deputados municipais Muriel Neto, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Silvino Oliveira, Liliana Fernandes, Ana Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Gonçalo Santos, Artur Gomes, Ana Baioa, Rafael Dias.-----**
- Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade.-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença dos Deputados Municipais, da Presidente da Câmara Municipal, ao staff do gabinete de apoio à Assembleia Municipal, à

Informática, ao Luís Gago que estava remotamente a dar apoio para que todos os membros da Assembleia Municipal e os munícipes pudessem entrar e às digníssimas primeira e segunda secretárias, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves e Muriel Cristina Dias Neto.-----

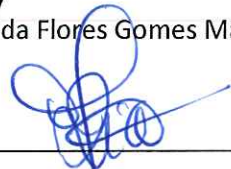
--- Desejou a todos um Bom Fim-de-semana. -----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta e um minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,


(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,


(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)
(Muriel Cristina Dias Neto)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE SOLIDARIEDADE COM A UCRÂNIA

No dia 24 de fevereiro 2022, a realidade da guerra entre dois Estados soberanos voltou a atingir a Europa, com o ataque e invasão da Nação Ucraniana. As ações militares não provocadas e injustificadas, perpetradas contra a Nação Ucraniana e sua população, são uma violação grosseira do direito internacional e minam a segurança e a estabilidade da Ucrânia, da Europa e do Mundo.

A Nação Ucraniana desde 2014 tem vindo a ser alvo de hostilidades internas que se traduziram na eclosão dos protestos separatistas pró-russos em Luhansk, Donetsk e Kharkiv que declararam independência, iniciando a Guerra de Donbass há oito anos, originando o Protocolo de Minsk, acordo assinado por representantes da Ucrânia, da Rússia, da República Popular de Donetsk (DNR), e da República Popular de Lugansk (LNR) para colocar fim à guerra no leste da Ucrânia, em 5 de setembro de 2014.

O acordo foi assinado depois de prolongadas conversações em Minsk, a capital da Bielorrússia, sob os auspícios da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). O acordo, que se seguiu a várias tentativas anteriores no sentido de parar os combates em Donbass, no leste da Ucrânia, implementou um cessar-fogo imediato, agora grosseiramente violado.

Ainda em 2014, deu-se a Crise da Crimeia que teve como consequência a ocupação e anexação ilegal da Crimeia que já causou mais de 10 mil mortos, 24 mil feridos e mais de 1,5 milhão de refugiados. Lamentamos e condenamos a perda de vidas e o sofrimento humano do Povo Ucraniano, que vê as suas vidas ameaçadas e o seu País agredido.

Neste contexto de violenta instabilidade, apelamos para que cessem imediatamente as hostilidades e que as forças agressoras abandonem o

território e respeitem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia.

Tavira tem ao longo dos anos recebido de braços abertos dezenas de cidadãos e famílias ucranianas que escolheram a nossa terra para viver e trabalhar, integrando a nossa comunidade e com os quais estamos solidários neste momento tão incerto e difícil.

Excecionalmente, perante a gravidade da situação, os Grupos Municipais do PS, do PSD e do CHEGA propõem que a Assembleia Municipal de Tavira, na Sessão Extraordinária de 11 de março de 2022, deliberam:

1. Aprovar e enviar um voto de Solidariedade ao Estado e População Ucranianas e à comunidade ucraniana em Portugal;
2. Instar o Governo da República Portuguesa, no âmbito da sua política externa junto dos seus parceiros da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), a exercer o seu magistério de influência, para promoção e resolução diplomática deste conflito;
3. Saudar os termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022 de 1 de março, na qual são estabelecidos os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, apelando a se criem as necessárias medidas para podermos, de forma célere receber e integrar todos os que pretendam entrar em Portugal, nomeadamente no Algarve, em articulação com os serviços desconcentrados da Administração Pública e as Autarquias Locais.
4. Prestar, a título de homenagem, às vítimas deste conflito um minuto de silêncio e de reflexão sobre os valores da PAZ, da DEMOCRACIA e da LIBERDADE.
5. Enviar o presente Voto de Solidariedade à Embaixada da Ucrânia em Portugal, aos Senhores Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro, bem como à Senhora Presidente da Câmara Municipal, ao Conselho e à Assembleia Intermunicipal do Algarve.
6. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.